

Dos Leitores

Bandeirantes e bugreiros

Sr. Redator

Esteve o Conselho Indigenista Missionário — CIMI — reunido em Goiânia, para tratar da legislação que o governo federal pretende editar relativamente à emancipação do índio. Publicaram "O Estado" (1/11) e o "Jornal da Tarde" (3/11) trechos da manifestação do CIMI, segundo a qual "a fria letra dessa lei" será um "genocídio", embora afirme que não mais serão "os índios brasileiros submetidos a grandes matanças como o foram num passado ainda recente. A época dos bandeirantes e bugreiros já passou".

Ora, a propósito de se procurar defender o índio hoje, vêm sendo lançadas aos bandeirantes paulistas de ontem as mais absurdas acusações. Já li no corrente ano, na imprensa, declarações de pessoas de responsabilidade, tachando esses nossos maiores de "bárbaros" e "assassinos", estando tais adjetivos inseridos no conceito de reles matadores de índios com que os brindam os ilustres preladados do CIMI. Já é hora de nós paulistas reagirmos a esse movimento que, à guisa de defender o índio de hoje, vem destruindo os nossos valores de ontem, os quais são parte integrante da nossa história, que por sua vez é um patrimônio da grandeza de nós mesmos como povo, como Nação.

Em verdade, os bandeirantes paulistas não foram bem compreendidos pelos historiadores que, na maior boa fé, viam nas suas penetrações do sertão somente o intuito da "caça ao índio". Daí frutificar entre aqueles que sempre alimentaram certa hostilidade ao progresso paulista, a lenda negra do bandeirante bárbaro, cruel, assassino, realizando matanças de índios por pura e simples bestialidade. A verdadeira história dos bandeirantes, aquela que está na documentação, não é essa.

Inicialmente, devemos frisar que os índios, ontem como hoje, nunca se deixaram matar como se fossem crianças inermes. Não eram e não são assim. Sempre foram os índios, valerosos numa luta, e ainda mais se considerarmos que levavam certa vantagem sobre os bandeirantes, pois enquanto eles disparavam uma flecha atrás da outra, os bandeirantes eram obrigados, após um tiro, ao moroso trabalho de carregar novamente suas armas pela boca. Isso, sem falar que essas armas ficavam temporariamente inutilizadas quando, juntamente com a pólvora, molhavam-se pela chuva ou pelas águas dos rios que eles atravessavam. Assim, os bandeirantes evitavam ao máximo as guerras com os índios.

E como procuravam evitá-las? Pacificando os indígenas, tornando-os seus "amigos e compadres", num trabalho idêntico ao dos sertanistas da Funai, hoje. Nas suas penetrações, sempre levavam esses índios pacificados, que tinham mais a incumbência de ajudá-los na pacificação das tribos do sertão. Em geral, o número desses índios pacificados, que também compunham as bandeiras, superava de duas até dez vezes o número de bandeirantes. É que os índios eram tão entusiasmados dessas penetrações quanto os próprios bandeirantes. No sertão, se os entendimentos com as tribos hostis falhavam e havia guerra, as mortes eram de ambos os lados. Bandeiras in-

teiras foram dizimadas no sertão. E quase todas regressavam estropeadas a São Paulo.

Se havia entendimentos cordiais com os índios, os bandeirantes procuravam, pela persuasão, trazê-los para São Paulo. Se eles quisessem, vinham. Se não quisessem, os bandeirantes não tinham meios de trazê-los à força. E assim, lá ficavam eles, como seus "amigos e compadres", para recebê-los cordialmente quando a bandeira retornasse. Que não vinham à força, como escravos, é fácil perceber: o regresso da bandeira a São Paulo era penoso, durava meses, e, durante esse tempo, cada sertanista deveria prover o seu próprio sustento, comendo o que pudesse encontrar. Se a própria sobrevivência pessoal era difícil, como poderia um homem sair à procura de alimento para índios prisioneiros que deveriam ficar agrilhoados à sombra de uma árvore e junto da água fresca? Só quem não conhece o sertão pode admitir tais disparates.

Assim, a bandeira de André Fernandes, constituída de trinta brancos e trinta índios pacificados, em fevereiro de 1615, conseguiu induzir três mil índios do baixo rio Paraupava (hoje rio Araguaia) a acompanhá-los a São Paulo. E assim vinham todos pacificamente subindo esse rio, quando houve uma dissensão entre os trinta brancos, os índios se alvorocaram, houve luta geral, e o resultado foi que morreram dezesseis bandeirantes, outro tanto dos índios da bandeira, e os 3.000 que os vinham acompanhando regressaram às suas aldeias. No dia 22 de fevereiro de 1615, logo após esses acontecimentos, o escrivão da bandeira faz os inventários dos mortos e, por ordem do cabo André Fernandes, abre inquéritos sobre os acontecimentos. Essa documentação está ainda intacta, e já foi publicada. Esse é simplesmente um exemplo dos inúmeros que existem, documentados. Portanto, a documentação é clara: os índios vinham com os bandeirantes, de livre e espontânea vontade. Seriam muito tolos os bandeirantes, se no sertão fossem procurar realizar as tais "matanças" que só existem na imaginação de certas pessoas, com objetivos determinados.

Quanto às destruições das missões jesuíticas do Paraguai e Uruguai, os bandeirantes não as faziam gratuitamente. Eles simplesmente iam desalojar os espanhóis que estavam ocupando território que, segundo a cartografia da época, estava à direita da Linha de Tordesilhas e, portanto, nos pertenciam. Quanto aos milhares de índios dessas missões arrasadas, da mais livre e espontânea vontade, e até com satisfação, acompanhavam os paulistas na sua volta a São Paulo. A abundante documentação aí está publicada para quem quiser lê-la. Assim, os bandeirantes paulistas atacavam e destruíam essas missões, por uma questão unicamente de segurança nacional, isto é, para garantir o território que lhes pertencia. Quanto aos índios, para eles não havia nacionalidade: ficavam com o vencedor.

Mas, agora é de se perguntar: somente os bandeirantes paulistas assim agiam com os índios? A resposta é negativa. Pois das outras capitânicas, do Pará ao Rio de Janeiro, os seus habitantes aos poucos iam pe-

netrando os sertões, formando fazendas e tendo também seus sangrentos entreveros com os índios. E mais: muitos religiosos participavam ativamente desses episódios. Daremos um breve exemplo. Depois de a Companhia de Jesus ter-se estabelecido em Belém do Pará, os seus membros começaram, em 1636, a subir o Tocantins e seus afluentes e fazer exatamente o que os bandeirantes paulistas faziam: aliciar tribos inteiras e levá-las para Belém onde eram aldeadas. Os que, no sertão resistiam, eram considerados rebeldes à religião cristã, e tornados escravos. Vejamos um documento. Em 1659, o Padre Jesuíta Manoel Nunes, Superior no Pará, foi ao rio Itacaiúnas, levando quatrocentos e cinqüenta índios pacificados, todos armados de arco e flecha, e mais quarenta e cinco soldados com armas de fogo. Em sua "Carta II a El-Rei", o padre Antônio Vieira (o célebre pregador) relatou essa missão, dizendo que o padre Nunes a realizara a fim de "dar guerra ou castigar certos índios rebeldes", os quais "foram buscados, achados, cercados, rendidos e tomados quase todos, sem dano mais que de dois índios nossos levemente feridos. Ficaram prisioneiros duzentos e quarenta, os quais, conforme as leis de Vossa Majestade, a título de haverem impedido a pregação do Evangelho, foram julgados por (como) escravos e repartidos aos soldados".

Nessas condições, os ilustres membros do CIMI, quando desejarem condenar o passado, façam-no, mas de maneira integral: julgando bandeirantes, povoadores de todas as capitânicas e também os religiosos de hábito. Pois todos, sem exceção, cometeram violências contra os índios. Quanto a mim, fico exatamente dentro dos limites da ciência histórica, para a qual o passado humano deve ser compreendido, explicado e não julgado.

Mas o CIMI julga também as medidas tomadas pelo Marquês de Pombal como responsáveis pela destruição das tribos do Baixo Amazonas. Ora, a política pombalina em relação ao índio foi a mais humana que se pode imaginar para o século XVIII. Em 1974, a historiadora goiana Marivone Matos Chaim, professora da Universidade Federal de Goiás, publicou importante livro sob o título "Os aldeamentos indígenas na Capitânia de Goiás", no qual, com documentos abundantes, mostra como a política real portuguesa de defesa intransigente da liberdade dos índios, na preservação da sua dignidade de seres humanos. A qual, evidentemente, se chocava com os interesses dos proprietários de terras, às vezes. Mas esse sentimento de compreensão para com o índio resultou até na sua exaltação com o romantismo no século passado. E diga-se finalmente que Rondon, ao estabelecer uma política oficial de defesa do índio, não se inspirou em nenhum tratado de ciências sociais ou em algum manual de catequese do gentio. Ele simplesmente foi guiado por aqueles sentimentos humanitários inerentes à nossa ascendência portuguesa. Não obstante toda a tragédia que resultou dos choques de interesses diante dos índios, o que é próprio da natureza humana. Manoel Rodrigues Ferreira, Capital